



|     |                       |
|-----|-----------------------|
| 2.º | PUBLI ADO NO D. O. U. |
| C   | De 08 / 05 / 1998     |
| C   | <i>Stolz</i>          |
|     | Rubrica               |

**Processo :** 10073.001123/93-95

**Sessão :** 01 de julho de 1997

**Acórdão :** 203-03.216

**Recurso :** 101.295

**Recorrente :** FLORESTA COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A

**Recorrida :** DRF em Volta Redonda - RJ

**FINSOCIAL - INEXIGIBILIDADE - TUTELA JUDICIAL CONCEDIDA-SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO** - Segundo a IN SRF nº 31/97, fica dispensada a constituição de créditos da Fazenda Nacional relativamente ao FINSOCIAL em alíquota superior a 0,5%. É de ser aceito, a fim de evitar a decadência, auto de infração, mesmo sob a vigência de tutela judicial, desde que nele conste observação quanto à suspensão do crédito apurado, que perdurará até trânsito em julgado da ação proposta. **Recurso parcialmente provido.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: FLORESTA COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, nos termos do voto do relator.** Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Ricardo Leite Rodrigues e Mauro Wasilewski.

Sala das Sessões, em 01 de julho de 1997

Otacílio Dantas Cartaxo  
**Presidente**

Francisco Maurício Rabelo de Albuquerque Silva  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Francisco Sérgio Nalini, Daniel Corrêa Homem de Carvalho, Renato Scalco Isquierdo, Sebastião Borges Taquary, Henrique Pinheiro Torres (Suplente) e Roberto Velloso (Suplente).

FCLB/ac-gb



**Processo :** 10073.001123/93-95

**Acórdão :** 203-03.216

**Recurso :** 101295

**Recorrente :** FLORESTA COMÉRCIO E INDUSTRIA S. A.

## RELATÓRIO

A recorrente em 30.11.93 foi cientificada do Auto de Infração (fls.2 e 69/75) que apurou o montante de 2.520.432,28 UFIRs, relativamente ao FINSOCIAL, isto resultante da incidência de alíquotas acima de 0,5%.

Em 28.12.93, ofereceu Impugnação (fls. 76/80), sustentanto que o gesto fiscal estaria repleto de nulidades, entre as quais a existência de processo judicial contra o FINSOCIAL tramitando na 24<sup>a</sup> Vara Federal do Rio de Janeiro n° 91.0017160-3, com deferimento de Ordem Liminar e depósitos judiciais para garantia do Juízo. Salientou que tal processo obteve Sentença favorável (fls. 32/36), e que assim sendo tais atos judiciais prevalecem sobre todos os atos e decisões administrativas, não sendo legítima a ação fiscal intentada. Disse ainda que a reforma da decisão “acolhedora do pedido da defendant **VIGORARÁ** até o seu reexame por parte do Egrégio Tribunal Regional Federal”, caso lhe seja adverso o resultado.

Asseverou a necessidade de o lançamento estar contido na norma jurídica; que o Auto de Infração obrigatoriamente deverá conter a determinação da exigência; salientou que o Supremo Tribunal Federal decidiu que a alíquota correta para o FINSOCIAL seria de 0,5%; e finalizou requerendo a improcedência da exaração.

O Sr. Delegado da Receita Federal, em Volta Redonda-RJ (fls.114/115), afirmou que segundo as informações que obteve e aprovou, o CTN em seu artigo 142 determina ser dever da autoridade administrativa proceder o lançamento sob pena de responsabilidade funcional, e, assim, a medida liminar “não suspende o direito da autoridade efetuar o lançamento desde que suspendendo-o quanto a sua exigibilidade”, conforme previsto no artigo 151 do mesmo Código.

Termina por julgar improcedente a impugnação e manter o lançamento.

Às fls. 117/120, a contribuinte oferece Razões de Recurso, onde insurge-se contra o entendimento do Sr. Delegado da Receita Federal, em Volta Redonda-RJ, sobre a suspensão do crédito tributário frente à Medida Liminar e reitera o contido na impugnação.

O Procurador da Fazenda Nacional não se fez presente.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10073.001123/93-95

Acórdão : 203-03.216

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR**  
**FRANCISCO MAURÍCIO RABELO DE ALBUQUERQUE SILVA**

O Recurso apresenta-se tempestivo e dele tomo conhecimento.

Evidenciou-se, há bastante tempo, ser a alíquota constitucional do FINSOCIAL no percentual de 0,5%, e, em 08 de abril de 1997, veio a Instrução Normativa SRF nº 31, III, dispensar a constituição de créditos dele originados, acima desse referencial, para os contribuintes exclusivamente vendedores de mercadorias e mistos, onde se enquadra a recorrente. (fls. 89-Objetivos Sociais).

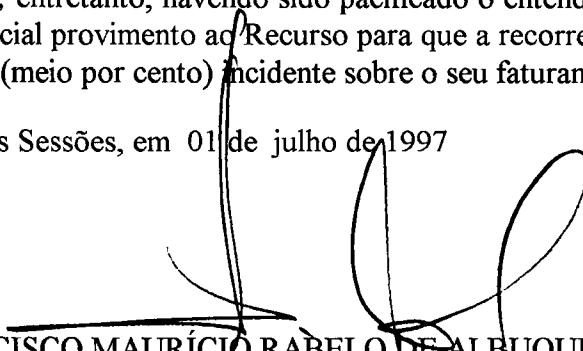
Cabe agora abordar a formalização do lançamento quando da existência de Ordem Liminar, Depósitos em Juízo e Sentença Judicial de Primeira Instância, favoráveis à contribuinte, tudo isto do conhecimento da Autoridade Fiscal, conforme demonstra o documento de fls. 110, parte final.

Sabe-se que os incisos II e IV do art. 151 do CTN suspendem a exibibilidade do crédito tributário, entretanto, o § 4º do art. 150 preleciona que após cinco anos a contar da ocorrência do fato gerador sem pronunciamento da Fazenda Pública, considerar-se-á homologado o lançamento e extinto o crédito.

Assim sendo, contendo o Auto de Infração observação referente à suspensão da exibibilidade, segundo a Norma de Execução COSAR/CST/CSF nº 002/92, nada poderá opor-se a ele, visto que apenas garante que o crédito não será extinto, caso o julgamento pelo Judiciário venha a ser contrário à contribuinte.

*In casu*, entretanto, havendo sido pacificado o entendimento sobre a alíquota do FINSOCIAL, dou parcial provimento ao Recurso para que a recorrente assuma o direito de ter o percentual de 0,5% (meio por cento) incidente sobre o seu faturamento.

Sala das Sessões, em 01 de julho de 1997

  
FRANCISCO MAURÍCIO RABELO DE ALBUQUERQUE SILVA